

Disponível em:
<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>
ISSN: 2177 - 4153



A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO (ABPSEC) À LUZ DA TEORIA DA AÇÃO COLETIVA

THE BRAZILIAN ASSOCIATION OF RESEARCH IN SECRETARIAT (ABPSEC) IN THE LIGHT OF THE THEORY OF COLLECTIVE ACTION

Keila Raquel Wenningkamp ¹

Carla Maria Schmidt ²

Ivanete Daga Cielo ³

Fernanda Cristina Sanches ⁴

Resumo

Os objetivos que nortearam este estudo foram: analisar os incentivos para a formação da ABPSEC à guisa da Teoria da Ação Coletiva e compreender aspectos determinantes e os desafios para o fortalecimento da ação coletiva. Em termos metodológicos, foi uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de dados se deu por meio de entrevistas aplicadas a associados da ABPSEC e a análise ocorreu de forma descritiva. Os resultados apontaram que diversos motivos (positivos e negativos) incentivaram a criação da ABPSEC, tais como: a preocupação dos pesquisadores com o aumento e com a melhoria da pesquisa em Secretariado Executivo e

¹ Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Especialização em MBA em Gestão Empresarial pela Unipar, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio-PGDRA pela UNIOESTE, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio-PGDRA pela UNIOESTE, Professora colaboradora do Curso de Secretariado Executivo na UNIOESTE, Campus de Toledo, Brasil. Contato: sebkeila@hotmail.com

² Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Mestrado em Administração pela FURB, Doutorado em Administração pela FEA/USP, Pós-Doutorado em Administração pela FURB, Professora efetiva da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Brasil. Contato: c.m.schmidt@bol.com.br

³ Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngue pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Especialização em Desenvolvimento Gerencial pela UNIOESTE, Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. Contato: ivaciolo@bol.com.br

⁴ Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Tecnóloga em Marketing pela UNINTER, Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Professora Colaboradora do curso de Secretariado Executivo da UNIOESTE, Brasil. Contato: fer.c.sanches@hotmail.com

a discussão do MEC sobre a extinção dos cursos de graduação nessa área. Em relação aos benefícios, foi possível encontrar os de cunho científico, social/psicológico, cultural, político, econômico, além de externalidades positivas. Por fim, os aspectos determinantes considerados positivos para a manutenção da ABPSEC foram: a formalização da associação, a heterogeneidade do grupo, a presença de liderança, o conhecimento dos indivíduos e a reputação. Já os aspectos considerados negativos foram: a presença de racionalidade individual, os *free riders*, o tamanho do grupo e a falta de comunicação face a face. Ademais, a falta de recursos financeiros também foi citada como dificuldade para a manutenção da ABPSEC. Logo, à guisa da Teoria da Ação Coletiva, pode-se concluir que, por apresentar incentivos positivos e negativos, benefícios, mas também desafios, o caso da ABPSEC pode ser amplamente relacionado com os aspectos teórico-empíricos defendidos pela referida Teoria.

Palavras-chave: Ações coletivas. ABPSEC. Teoria da Ação Coletiva.

Abstract

The objectives that guided this study were to analyze the incentives for the formation of ABPSEC by way of the Theory of Collective Action and understand key aspects and challenges for strengthening collective action. In terms of methodology was a qualitative study, whose data collection was done through interviews applied to members of ABPSEC and analysis was descriptively. The results showed that various reasons have encouraged the creation of ABPSEC: the concern of researchers with increasing and improving research in the Executive Secretariat and the discussion of the MEC about the extinction of undergraduate courses in this area. Regarding benefits, were found the scientific, social/psychological, cultural, political and economic nature, and positive externalities. Finally, the key aspects considered positive for the maintenance of ABPSEC were the formalization of the association, the heterogeneity of the group, the presence of leadership, the knowledge of individuals and reputation. The aspects considered negatives were: the presence of individual rationality, the free riders, group size and the lack of face to face communication. Moreover, the lack of financial resources was also cited as a difficulty to maintain ABPSEC. Therefore, according to the Theory of Collective Action, it can be concluded that, because it presents positive and negative incentives, benefits, but also challenges, the ABPSEC case can be broadly related to the theoretical-empirical aspects defended by the aforementioned Theory.

Key words: Collective actions. ABPSEC. Theory of Collective Action.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a cooperação entre indivíduos e organizações tem se tornado recorrente, de forma que o século XXI é marcado como a era das alianças. Ocorre que, frequentemente, ações isoladas e individuais não possuem todos os recursos e condições necessárias para atender as atuais demandas por inovação, variedade e diferenciação, exigindo a formação de ações coletivas entre indivíduos e organizações para a promoção de tais resultados de maneira mais eficiente (AUSTIN, 2001; MÉNARD, 2004; SANDLER, 2004).

No campo científico não tem sido diferente. Segundo autores como Mello, Crubellate e Rossoni (2010) e Schmidt, Cielo e Sanches (2012), as relações de parcerias estão ocorrendo nas mais diversas áreas de conhecimento e de maneira frequente. Isso por meio de coautorias em estudos científicos, de projetos de pesquisa, de eventos, de estágios, entre outros. Katz e Martin (1997) já mencionavam a importância desse tipo de cooperação, haja vista que fortalecem os cursos de graduação e de pós-graduação, colaboram para o aumento do número e da qualidade de estudos científicos e, também, auxiliam no sistema de concessão de bolsas de pesquisa.

Dessa forma, as parcerias, bem como as cooperativas, as associações, as alianças, os sindicatos, entre outras formas de atuação coletiva, independentemente do formato, possuem características similares. Segundo Ménard (2004), os principais aspectos que caracterizam essas estruturas coletivas são: a existência de acordos entre os indivíduos, sendo formal ou informal; o compartilhamento de recursos; o planejamento conjunto; e, a obtenção de benefícios que dificilmente seriam alcançados por meio da atuação individual.

No que tange aos benefícios gerados por ações coletivas, esses podem ser, conforme Olson (1999) e Brito (2001), de cunho econômico, social, psicológico, cultural e político. Assim, as vantagens podem envolver: aumento de receita; diluição de riscos; redução de conflitos; ganhos de escala e de aglomeração; aumento do poder de barganha; maior poder de negociação; estrutura social, que influencia o comportamento e o desempenho coletivo; aprendizado, tanto individual como coletivo; e, as externalidades positivas de rede (AUSTIN, 2001; LAZZARINI et al., 2001; SACHS, 2003; MAEDA; SAES, 2009).

Todavia, a formação e desenvolvimento de ações coletivas também apresentam riscos e desafios, como é o caso da presença de *free riders*, dos custos de organização, do indivíduo que pensa apenas em benefício próprio e da necessidade de incentivos para que a pessoa coopere (OLSON, 1999). Porém, o que se observa é que apesar dos riscos e desafios, os benefícios proporcionados por ações coletivas tendem a superar tais custos, de maneira que essas estruturas se tornem mais recorrentes.

Diante da importância de ações coletivas para obtenção de benefícios, cabe citar o caso da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC), uma associação criada formalmente em 2013 com o principal objetivo de promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa no campo do Secretariado Executivo. Dessa maneira, busca contribuir para a consolidação da área secretarial como área do conhecimento e estimular novas experiências nesse meio (ABPSEC, 2015a). Trata-se, então, de uma ação coletiva na área de pesquisa em Secretariado Executivo, que pode ser estudada sob o olhar da Teoria da Ação Coletiva.

Nessa perspectiva, é relevante compreender como foi o processo de formação dessa ação coletiva, quais foram os motivos que incentivaram a criação da associação, quais os desafios nesse processo, possíveis benefícios e resultados já obtidos, entre outros aspectos. Diante disso, dois principais objetivos norteiam esta pesquisa, quais sejam: a) analisar os incentivos para a formação da ABPSEC à guisa da Teoria da Ação Coletiva; b) compreender aspectos determinantes e os desafios para o fortalecimento da ação coletiva.

Assim, esta pesquisa se justifica por alguns motivos. Primeiro, porque auxilia no entendimento sobre a importância e o contexto da ABPSEC para os associados e para a categoria secretarial sob a ótica da ação coletiva. Depois, porque contribui com a discussão da Teoria da Ação Coletiva, considerada ainda incipiente. Por fim, este estudo se justifica por trazer à reflexão aspectos sobre a pesquisa na área de Secretariado Executivo.

Este estudo se subdivide em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção são apresentados fundamentos da Teoria da Ação Coletiva. Na seção três são abordados os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. Na quarta seção apresentam-se os resultados e a discussão. Por fim, a quinta seção encerra o artigo com as considerações finais.

2 A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA

A Teoria da Ação Coletiva tem sido amplamente citada e utilizada para entender as diferentes formas de ações coletivas (MOE, 1980; NASSAR, 2001; SANDLER, 2004). Ações coletivas, segundo Olson (1999), decorrem de objetivos comuns, em que os atores participantes planejam e coordenam uma atuação em conjunto de maneira a atingir tais interesses. Complementando, Nassar (2001, p. 27) cita que o “alinhamento de interesses em uma ação coletiva não está na equivalência do interesse próprio da pessoa, mas sim no fato de que os indivíduos têm necessidades em comum e que somente podem ser obtidas por meio de ações em conjunto”. Dessa forma, para Sandler (2004), as ações coletivas podem ser compreendidas como a união de esforços de indivíduos, de empresas, de instituições ou de nações, necessários à obtenção de um resultado comum. Então, esse mesmo autor afirma que a atuação conjunta abrange interações estratégicas em que as escolhas de um dos envolvidos e suas consequências são dependentes de suas próprias ações e as dos outros envolvidos.

Os incentivos para o surgimento de ações coletivas podem ser positivos ou negativos/coercitivos (OLSON, 1999). Os primeiros são aqueles oferecidos à parte, além do obtido com a realização do objetivo comum ou grupal. Nesses termos, os benefícios que induzem a formação de ações coletivas podem envolver os resultados econômicos, os sociais, os psicológicos, os políticos e os culturais (OLSON, 1999; BRITO, 2001). Nesse sentido, entre os benefícios de uma ação coletiva podem ser citados: a melhoria do bem-estar pessoal e material dos atores participantes; aumento de receita; ganhos de escala e de aglomeração; diluição de riscos; redução de conflitos; maior poder de negociação; a modificação das relações sociais dentro de uma população específica; a influência sobre as políticas públicas; o aprendizado, tanto individual como coletivo; e, as externalidades positivas de rede (AUSTIN, 2001; LAZZARINI et al., 2001; SACHS, 2003; MAEDA; SAES, 2009).

Já em relação ao incentivo negativo, esse se refere a aspectos de coerção, que obrigam o indivíduo a cooperar, ou, ainda, de punição, para o caso de indivíduos que não colaboram na ação coletiva (OLSON, 1999). Essa coerção pode ser pela necessidade de sobrevivência, pela exigência política, exigência do ambiente institucional, entre outros aspectos.

É necessário ressaltar que a organização e manutenção das ações coletivas envolvem também desafios e obstáculos. Nesse contexto, Olson (1999) cita que: atores centrados nos interesses individuais não vão agir em prol do objetivo comum, exceto se exista algum incentivo (à parte do benefício coletivo) ou alguma coerção que obrigue o indivíduo a cooperar; existem dificuldades de coordenar ações coletivas formadas por grandes; existem custos de organização, que são maiores quanto maior for o grupo; existem *free riders* (caronas), que são os indivíduos que não auxiliam na cooperação, mas que obtêm o resultado obtido coletivamente.

Levando em consideração que ações coletivas podem proporcionar diversos benefícios, mas, também, apresentar desafios, existe uma série de fatores que podem influenciar no sucesso ou no fracasso de uma ação coletiva. Dentre eles, pode-se citar a questão da *racionalidade individual e coletiva*. Sobre isso, Olson (1999) aponta que mesmo que os indivíduos saiam ganhando se agirem em prol dos interesses comuns, eles não agirão voluntariamente para isso. Então, precisam de um incentivo a parte (além do benefício coletivo) ou alguma coerção.

Outro aspecto abordado pela Teoria da Ação Coletiva é o *tamanho do grupo*. Olson (1999) defende que os grupos pequenos são mais eficientes do que os grandes, isso por uma série de razões: a percepção do benefício alcançado é maior; os *free riders* são constatados mais facilmente; os custos de organização e coordenação são menores. Porém, Ostrom (2007) aponta que nem sempre os grupos pequenos são mais eficientes. Para essa autora, os grupos

pequenos podem até ser mais eficientes no que se refere à organização, contudo, para atingir determinados objetivos grupais, quanto maior o grupo, maior a eficiência.

O próximo aspecto determinante para a manutenção de ações coletivas é a *heterogeneidade dos grupos*. Granovetter (1973) afirma que os grupos heterogêneos agregam maior valor, pois são compostos por membros, muitas vezes, desconhecidos e com ideias e experiências diversas, o que, pode gerar conflitos, mas favorece a inovação. Por outro lado, os grupos homogêneos possuem menos conflitos, porém agregam pouco valor, já que são formados por membros que, geralmente, vivem em um mesmo círculo social, dispõem das mesmas informações e recursos existentes.

A *presença de free riders* nas ações coletivas é outro fator que deve ser observado. Para Olson (1999), os membros não necessitam ou desejam o benefício coletivo com a mesma intensidade, fazendo com que uns colaborem mais e outro menos. Assim, surgem os “caronas”, haja vista que, sabendo que poderão se beneficiar do resultado coletivo, não despendem esforços para que o mesmo se concretize. Portanto, sua presença é negativa para a ação coletiva.

Sobre a importância da *comunicação face a face* em uma atuação conjunta, Ostrom (2007) aponta que esse tipo de comunicação aumenta a confiança entre os atores envolvidos, já que nessas situações os indivíduos tendem a cumprir mais rigorosamente suas promessas de cooperação. Esse aspecto da comunicação pode ser diretamente ligado com outra variável, a reputação. Para Ostrom (2007), a reputação e a confiança são construídas ao longo do tempo e sua presença auxilia para a maior cooperação dos envolvidos.

No que tange a *ligação dos indivíduos*, Ostrom (2007) diz que quando o membro sabe exatamente para quem está contribuindo, o participante tende a cooperar mais do que quando a contribuição vai para indivíduos ou para um lugar generalizado, onde todos os participantes podem obter os benefícios sem saber exatamente de quem está recebendo a contribuição.

Cabe destacar, ainda, a *importância da liderança* em ações coletivas. Moe (1980), Olson (1999), Zylbersztajn e Farina (1999) e Nassar (2001) apontam a liderança como essencial para as ações coletivas. Nesse sentido, o líder é alguém em quem os atores confiem ou temem, que intermedie as negociações economizando custo e tempo e que batalhe para bem da coletividade.

Por fim, o aspecto sobre a *formalização da estrutura coletiva* também é defendido como importante por Ménard (2004), que afirma que a estrutura de governança formal é fundamental para a eficiência das formas coletivas. Schmidt (2015) também corrobora ao afirmar que a constituição formal possibilita a obtenção de recursos em diferentes órgãos de fomento e instituições públicas e privadas. Além disso, os grupos conseguem criar uma identidade própria, se tornando referência e obtendo reconhecimento.

Percebe-se que são vários os aspectos que podem determinar a manutenção e, conseqüentemente, o crescimento e sucesso de uma ação coletiva. Dessa maneira, torna-se importante salientar que essas variáveis não indicam, a priori, benefícios ou dificuldades, pois isso depende de como essas estratégias são gerenciadas pelas partes envolvidas.

É importante ressaltar que algumas limitações têm sido apontadas para a Teoria da Ação Coletiva, especialmente em relação a Mancur Olson. Oberson (2009), por exemplo, expõe que Olson subestima diversos incentivos que não sejam de ordem material para o surgimento de uma ação coletiva. Além disso, que Olson tem uma excessiva suposição de que os indivíduos participam de ações conjuntas unicamente porque possuem interesses individuais que só podem ser atingidos a partir de uma ação coletiva. Nesse mesmo sentido, Lazzaretti (2014, p. 148) menciona que:

O foco principal e muito contestado no pensamento de Olson é de que os grupos sempre agem para promover seus interesses baseados na premissa de que, na

verdade, os membros de um grupo agem por interesses pessoais e individuais. Esta característica de ação coletiva centra-se na ideia de que os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais, como uma extensão lógica de algo muito aceito do comportamento racional e centrado nos próprios interesses.

Assim, ainda conforme Lazzaretti (2014, p. 148), “a ideia (ideologia de ação coletiva) de Olson tem um poder de convencimento de que as ações coletivas servem apenas para responder a priori a interesses individuais”. Logo, a crítica a Olson é que nem sempre os indivíduos se reúnem em ações coletivas apenas porque e quando há a possibilidade de conseguirem algum objetivo ou benefício individual ao participarem, independente do tamanho do grupo. Oberson (2009) cita o caso de indivíduos que se quer fazem cálculos sobre a maximização de objetivos individuais ao participarem de ações coletivas, uma vez que apenas o fazem pensando no seu papel como cidadão. É como se a participação em ações sociais fosse algo neles internalizado. Diante dessas e outras críticas, autores têm pesquisado sobre outros fatores determinantes para a participação de indivíduos em ações coletivas, bem como para a manutenção das mesmas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atender aos objetivos delineados para o presente artigo, optou-se por elaborar um constructo metodológico calcado predominantemente em pesquisa de caráter qualitativo. Em relação ao universo da pesquisa, esse foi composto pelos 63 associados da ABPSEC, no ano de 2015. Para a delimitação da amostra, fez-se uso da amostragem não probabilística por conveniência, ou seja, foram selecionados associados de acordo com a acessibilidade e julgamento dos entrevistados, totalizando sete indivíduos. Nesse sentido, é importante ressaltar que foram escolhidos 5 associados fundadores, representando professores e/ou pesquisadores da área secretarial e que participaram do processo de oficialização da ABPSEC, e dois estudantes, sendo um deles atuante há mais tempo na pesquisa e nas discussões da ABPSEC, e o outro associado com atuação recente. É importante ressaltar que o nome dos entrevistados foi mantido em sigilo, de maneira a identifica-los apenas como Entrevistado A, B, C, D e F (professores/pesquisadores fundadores) e G e H (estudantes).

Assim sendo, a coleta de dados para a pesquisa empírica ocorreu através de dados primários obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas presencialmente e por meio de telefone ou da ferramenta Skype. O roteiro utilizado buscava compreender se o entrevistado possui conhecimento acerca dos objetivos da ABPSEC, dos motivos da criação da associação, da existência de benefícios, incentivos e/ou desafios, bem como de outros aspectos inerentes a formação e manutenção de grupos, tais como: comunicação, liderança e tamanho.

No que tange a análise e interpretação de dados, utilizou-se análise de conteúdo como ferramenta metodológica para analisar o teor das entrevistas realizadas. Tal proposição metodológica justifica-se porque a análise de conteúdo conduz à descrição objetiva e sistemática do conteúdo de mensagem, permitindo a sua manipulação tanto do teor, quanto de expressões deste conteúdo (BARDIN, 2004). As categorias de análise definidas foram: benefícios científicos, sociais/psicológicos, culturais, políticos, econômicos; externalidades; formalização; heterogeneidade; liderança; ligação dos indivíduos; reputação; racionalidade individual; *free rider*; tamanho do grupo; e comunicação face a face. Vale ressaltar que essas categorias de análise foram estabelecidas a partir da fundamentação teórica de ações coletivas apresentadas neste estudo. Ainda, utilizou-se a análise descritiva que, segundo Gil (2009, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Cabe

ressaltar, ainda, que a análise dos resultados se deu à guisa da literatura sobre a Teoria da Ação Coletiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ABPSEC é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, que congrega pesquisadores que desenvolvem investigações científicas correlatas à área de Secretariado Executivo (ABPSEC, 2015a). Segundo a ABPSEC (2013), essa associação tem como finalidade a promoção e o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Secretariado Executivo, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, bem como estimulando experiências novas na área.

Historicamente, convém destacar que a necessidade do fortalecimento da pesquisa na área de Secretariado era pauta na discussão de professores e demais pesquisadores da área preocupados com os rumos da profissão e dos parcos índices de desenvolvimento científico vinculados à área secretarial. Assim, em 2010, durante o I Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado (ENASEC), realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), no Município de Toledo/PR, surge a ideia embrionária da ABPSEC, denominada na época de Sociedade Brasileira de Secretariado (SBSEC). As premissas para a criação dessa associação foram discutidas por um grupo composto por 31 docentes vinculados a cursos superiores de Secretariado Executivo de diversos estados brasileiros que estiveram presente no evento, formando, inclusive, uma comissão para elaborar uma minuta do Estatuto da Associação.

No ano subsequente, em 2011, durante a realização do II ENASEC, na Universidade de Passo Fundo (UPF), as discussões avançaram e a proposta de estatuto para a criação da SBSEC foi apresentada e discutida com os participantes do evento. Entretanto, em função de divergências sobre cláusulas estatutárias e problemas legais em relação ao nome da associação, não foi possível, naquele momento, a sua oficialização. Mesmo assim, constituiu-se uma primeira diretoria para que fosse possível transpor as barreiras existentes à formalização da associação.

Em 2013, no III ENASEC, realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi oficialmente constituída a ABPSEC, com a eleição de uma nova diretoria. O registro oficial é datado de 10 de dezembro de 2013. Segundo a ABPSEC (2015b), o quadro associativo, em 2015, era constituído por 63 membros: 19 sócios na categoria de Associado Fundador, ou seja, pesquisadores que participaram da reunião de fundação da ABPSEC e que assinaram a ata de constituição; 15 sócios na categoria Associado Efetivo, que são professores e pesquisadores vinculados a cursos de Secretariado ou áreas afins, quer seja cursos técnicos e de graduação ou a programas e a cursos de pós-graduação. Ainda, profissionais de secretariado que estejam vinculados a grupos de pesquisa cadastrados em instituições de ensino superior ou no CNPq; e, 29 sócios na categoria de Estudantes. Essa categoria é formada por alunos de cursos técnicos e de graduação (bacharelado e tecnólogo) e de programas ou cursos de pós-graduação de secretariado ou áreas afins.

4.1 INCENTIVOS PARA O SURGIMENTO DA ABPSEC E OS BENEFÍCIOS DA AÇÃO COLETIVA

O intuito deste subtópico é apresentar quais foram os incentivos para a criação da ABPSEC, bem como os possíveis benefícios que essa ação coletiva tem proporcionado, cumprindo assim o primeiro objetivo específico deste estudo.

No que tange a ideia da criação da ABPSEC, especificamente os entrevistados fundadores (professores e/ou pesquisadores) afirmaram que essa surgiu a partir de uma

conjugação de situações identificadas por professores e pesquisadores da área, os quais estavam inquietos e preocupados com o fortalecimento da pesquisa no secretariado. Entre os motivos que conduziram ao surgimento da associação, os mais destacados pelos entrevistados foram:

- a) em 2009, o Ministério da Educação (MEC) realizou uma consulta pública com o intuito de extinguir os cursos de graduação em Secretariado Executivo no país, transformando esses cursos em bacharelado em Administração. A principal justificativa do MEC para essa iniciativa era a de que não existia produção científica na área. Nessa ocasião, professores e coordenadores dos cursos se deslocaram para uma reunião em Brasília, com o MEC, a fim de reverter a situação, o que foi possível a partir do comprometimento de que o Secretariado seria fortalecido enquanto área de pesquisa;
- b) nesse mesmo período, um número considerável de professores que atuavam nos cursos de Secretariado iniciaram e/ou estavam em processo de qualificação em nível de mestrado e doutorado. Nesse contexto, a preocupação com a pesquisa no campo do Secretariado foi se tornando latente, pois havia necessidade de um maior campo de atuação em pesquisa para esses profissionais;
- c) a necessidade de discussão sobre a formação acadêmica e a identidade do secretariado;
- d) a preocupação em tornar o Secretariado uma área de pesquisa conhecida e reconhecida no cenário nacional, perante as mais diversas áreas de conhecimento;
- e) a incipiência e a fragilidade de eventos científicos na área. Isso motivou a organização de um evento acadêmico na área, em 2010, de âmbito nacional, intitulado Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo (ENASEC). Nessa primeira edição do evento, surgiu a ideia da criação de uma associação, a partir de um consenso entre os professores da área ali presentes de que a lacuna científica no Secretariado poderia ser, pelo menos em parte, superada a partir de uma iniciativa coletiva.

De acordo com o exposto, é possível relacionar os fatores motivadores para a formação da ABPSEC com a Teoria da Ação Coletiva. Conforme Olson (1999), os incentivos para a criação de uma ação coletiva podem ser positivos ou negativos. No caso em análise, é possível encontrar ambos os incentivos. Por um lado, vários benefícios foram idealizados pelos pesquisadores com a criação de um corpo científico coletivo, principalmente, relacionados com o fortalecimento e o reconhecimento da área. Por outro lado, há que se considerar que houve também um incentivo negativo, uma vez que a ação do MEC pode ser considerada uma espécie de coerção, originando uma maior preocupação por parte de professores e acadêmicos da área com a pesquisa no campo de Secretariado.

Com a criação da ABPSEC, em 2011, e sua formalização em 2013, várias iniciativas coletivas foram desenvolvidas pelos membros da associação. Entre elas: a elaboração do site da associação, no qual consta um banco de dados de pesquisas científicas, que até o momento já foi acessado por mais de 3500 pesquisadores advindos do Brasil e de outros 15 países; a realização e apoio a eventos em âmbito nacional; a condução de processos de avaliação de trabalhos em eventos científicos, o que é fundamental na visão de um entrevistado, já que “essas iniciativas são importantes e legitimam o processo, pois é feita por pessoas que possuem experiência nessa área” (ENTREVISTADO F); a participação de membros em palestras, debates e mesas redondas, entre outras. Tais iniciativas contribuem para que mudanças e impactos na área já sejam percebidas, tanto para a pesquisa, quanto para a categoria profissional e para a sociedade como um todo. Esses benefícios relatados pelos entrevistados são apresentados no Quadro 1.

Observando o Quadro 1, primeiramente cabe apontar que os benefícios citados pelos entrevistados puderam ser classificados em diferentes categorias: científico, econômico, social/psicológico; cultural, político, categoria profissional, entre outros. Isso vem ao encontro do que é defendido na Teoria da Ação Coletiva, especialmente na visão de Olson (1999) e Brito (2001), que os resultados de uma ação coletiva não se resumem apenas a aspectos econômicos, mas também em outros benefícios que não devem ser negligenciados. Inclusive, no caso específico da ABPSEC, apenas um único benefício econômico foi citado – o desconto na participação de eventos. Além desse aspecto citado, apenas o Entrevistado A ainda mencionou ganhos econômicos proporcionados pela associação. Esse entrevistado fala que “tempo é dinheiro” e, considerando isso, o fato de a associação disponibilizar, por exemplo, um repositório científico, no qual as informações estão reunidas e formatadas em um único local (site), faz com que se reduza o tempo de busca. Economia de tempo, logo, economia financeira também.

Quadro 1 – Benefícios proporcionados pela ABPSEC

Tipo de benefício	Resultado encontrado
Científico	- pesquisadores em qualificação (mestrado e doutorado) passaram a utilizar o secretariado como objeto de estudo;
	- criação de um banco de dados (repositório científico) estruturado e disponível;
	- melhoria na qualidade da pesquisa na área;
	- aumento do número de pesquisas;
	- aumento do número de grupos de pesquisas;
	- realização de eventos científicos de qualidade;
	- criação de intercâmbio e redes de pesquisadores que antes não se conheciam;
	- maior interdisciplinaridade com outras áreas;
	- corpo científico consolidado, capaz de atuar em comissões avaliadoras;
	- maior qualificação de docentes;
Social/psicológico	- <i>status</i> por participar da associação que representa o Secretariado em âmbito científico;
	- criação de uma identidade para a área;
	- motivação de trabalhar em grupo ao invés de sozinho;
	- motivação por pertencer a um grupo;
	- motivação para se qualificar (mestrado, doutorado);
Cultural	- conhecer novas pessoas, trocar ideias e informações por meio da integração;
	- aprendizado e trocas culturais, a partir de contatos com universidades e pesquisadores de cidades, estados e países diferentes;
Político	- representação da instituição em eventos;
	- posição coletiva diante da academia, da sociedade e do MEC;
Econômico	- desconto na participação de eventos;
Externalidades	- categoria profissional e ensino: discussão sobre mudanças na grade curricular, enfatizando a importância da geração de conhecimento científico; o fortalecimento da pesquisa reflete na qualidade do ensino, e consequentemente, no profissional que está sendo formado;
	- academia: a ABPSEC passa uma imagem de seriedade e credibilidade;
	- outras áreas: pesquisas do Secretariado contribuem para outras áreas do conhecimento;
	- sociedade: pesquisas do Secretariado sobre a realidade social podem contribuir para reflexão e mudanças na sociedade como um todo.

Fonte: resultado da pesquisa.

Ainda em relação aos benefícios, percebe-se que os de cunho científico foram os mais citados, o que é coerente se levar em consideração a natureza e a característica da associação. Sobre os resultados científicos já gerados pela ABPSEC, alguns comentários dos entrevistados podem ser destacados.

No que se refere ao benefício da qualidade nas pesquisas, foi citado que, além da ABPSEC instigar pesquisas gerais com essa característica, atualmente se fala, se discute e se escreve sobre a própria pesquisa no secretariado. Ou seja, a pesquisa na área se tornou objeto de estudo de artigos científicos que buscam, por exemplo, mapear e caracterizar as investigações existentes, descrever e analisar as redes de pesquisa, entre outros aspectos que mostram o panorama da pesquisa no campo secretarial.

Ademais, incluso ainda nos benefícios científicos, o Entrevistado D aponta que “está se produzindo ciência e conhecimento em secretariado, no coletivo. Existe uma rede de pesquisadores pensando nisso”. Isto é, parcerias científicas estão sendo criadas e, conforme já apresentado no referencial teórico, tal cooperação é essencial para o fortalecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação, para o aumento o aumento do número e da qualidade de estudos científicos.

Sobre os resultados sociais e psicológicos, entrevistados argumentam que a motivação e o reconhecimento são os principais benefícios. Sobre a motivação, o Entrevistado B citou que na atuação em conjunto, “psicologicamente você se sente mais amparado”, pois outras pessoas estão na mesma luta.

O Entrevistado G também argumentou isso na seguinte passagem: “Se eu estiver sozinha, de repente eu vou dar o primeiro passo e vou desanimar e desistir. Se eu tiver numa associação ou num grupo, a perspectiva de ânimo e luta é outra”. Além dos ganhos sociais relacionados à motivação, os ligados ao reconhecimento também foram citados.

Ambos os acadêmicos de Secretariado entrevistados abordam que participar de associações com natureza como a da ABPSEC pode proporcionar *status* ao associado. Nesse aspecto, o Entrevistado G citou: “imagina, de repente uma secretária executiva dizer, olha eu sou associada da ABPSEC, então quer dizer que é como se aquilo validasse o currículo”. Porém, o Entrevistado H recorda que esse benefício precisa ser mais ressaltado no caso da ABPSEC, pois “as pessoas não sabem o que é e o que pode fazer uma associação dessa natureza”.

Sobre os resultados culturais gerados para o grupo, o relacionamento entre pessoas com realidades diferentes foi um dos aspectos mais citados pelos entrevistados. Isso a partir de trocas de ideias e encontros com pessoas de universidades, cidades e estados diferentes, principalmente por meio da realização de eventos de caráter acadêmico-científico, como o ENASEC, que é em âmbito nacional. O intercâmbio de ideias e experiências é apontado pelos investigados como um aspecto que enriquece muito a ação coletiva.

Em termos de benefícios políticos, a posição coletiva diante da academia, da sociedade e do MEC foi mencionada nas entrevistas. De maneira geral, o argumento foi que a associação de pesquisa favorece também a classe, gerando assim mais força para as diversas lutas e desafios existentes, por exemplo, na busca pelo Conselho Federal de Secretariado e também dos Conselhos Regionais. Isto é, a possibilidade de iniciativas conjuntas entre a ABPSEC, os sindicatos e a FENASSEC pode fortalecer as lutas da classe como um todo.

Além desses ganhos, a ação coletiva tem gerado também resultados positivos para a categoria secretarial como um todo e para a sociedade, resultados estes chamados, por Lazzarini et al. (2001), de externalidades positivas. Assim, no que tange a categoria secretarial, mesmo que de forma tímida, já ocorrem no grupo discussões sobre mudanças nas grades curriculares dos cursos, no sentido de aprofundar ou inserir a temática da pesquisa e do conhecimento científico. Nesse contexto, vale ressaltar que um dos entrevistados considera

fundamental que a ABPSEC procure aprofundar tais discussões com o intuito de delinear linhas de formação, as quais venham a fortalecer os cursos de graduação e sejam norteadores para a criação de cursos de pós-graduação.

Outra externalidade positiva gerada pela associação é a influência indireta que a mesma exerce sobre o ensino. Isto é, o fortalecimento da pesquisa, a qualificação docente e o ingresso mais intenso dos professores junto a pesquisa, refletem positivamente também na qualidade do ensino. Isso porque os docentes se sentem mais preparados para debates e argumentos em sala de aula, a partir dos conhecimentos científicos ora gerados na área, o que, segundo o Entrevistado D, “vai influenciar no profissional que está sendo formado”.

Ainda no que tange as externalidades, um dos entrevistados mencionou que, mesmo num curto espaço de tempo, já é perceptível que a associação transmite uma imagem de instituição com seriedade e credibilidade perante o meio acadêmico e outras entidades. Entende-se que esses elementos são fundamentais para a continuidade da ação coletiva.

As duas últimas externalidades que se pode extrair da opinião dos entrevistados, é que a ABPSEC está influenciando positivamente outras áreas e a sociedade. No primeiro caso, o Entrevistado B citou que o fato de professores e acadêmicos realizarem e comunicarem pesquisas também em outras áreas (como Administração, Economia e outras), possibilita que essas outras áreas do conhecimento se beneficiem com estudos científicos advindos de pesquisadores da classe secretarial.

Já no que se refere às externalidades para a sociedade, esse mesmo Entrevistado B apontou que todas as pesquisas do Secretariado, que voltam o olhar para a realidade social, tendem a trazer reflexões e possíveis mudanças no âmbito social. Logo, refere-se a um benefício para a sociedade.

Enfim, é importante ressaltar que tanto os professores e/ou pesquisadores fundadores como os estudantes identificaram benefícios resultantes da ABPSEC e acreditam que no futuro estes poderão ocorrer em maior número. Nesse sentido, cabe salientar que a associação ainda é recente, com apenas três anos de existência, e, nesse aspecto, não há como esperar o atendimento de todos os objetivos comuns e nem a geração de grande quantidade de benefícios, uma vez que os fatores tempo da ação coletiva e amadurecimento do grupo são muito importantes nesse processo.

4.2 ASPECTOS DETERMINANTES PARA O FORTALECIMENTO DA ABPSEC E OS SEUS DESAFIOS

Para este subtópico, o intuito é o de apresentar alguns fatores que influenciam no fortalecimento da ABPSEC, bem como os desafios para a manutenção dessa ação coletiva, atendendo ao segundo objetivo específico proposto para esta pesquisa.

No que tange aos aspectos positivamente relacionados com a Teoria da Ação Coletiva para a manutenção e fortalecimento da ABPSEC, esses foram: formalização, heterogeneidade, liderança, ligação dos membros e reputação, conforme pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 – Aspectos positivos determinantes para a manutenção e crescimento da ABPSEC

Aspecto observado	Pressuposto da Teoria da Ação Coletiva	O que foi encontrado	Resultado
Formalização	A constituição formal é importante para eficiência das relações interdependentes	A formalização da ABPSEC	Positivo
Heterogeneidade	A heterogeneidade dos membros é positiva, uma vez que permite a troca de ideias e experiências diferentes, promovendo a inovação	Heterogeneidade de ideias e experiências dos membros associados	Positivo
Liderança	A figura do líder é essencial para a eficiente organização da estrutura coletiva, bem como para o alcance dos objetivos grupais	Há a figura de um líder sob o formato de uma diretoria	Positivo
Ligação dos membros	Conhecer para quem se está contribuindo, tende a aumentar o nível de cooperação	A maioria dos indivíduos se conhece e para alguns, isso é motivo para a cooperação	Positivo
Reputação	Importante para a maior cooperação, pois propicia a confiança	Existe e é importante	Positivo

Fonte: resultado da pesquisa.

Em relação ao primeiro deles, a formalização, essa foi citada, de maneira geral, como imprescindível para a associação. Para a maioria dos entrevistados (apenas um comentou que não percebeu ainda mudanças para a área secretarial após a formalização da ABPSEC), formalizar a associação significou concretizar um sonho. É como dizer que “hoje tem uma identidade, tem um nome, um registro. Saiu do desejo” (ENTREVISTADO C), ou seja, “hoje a associação existe” (ENTREVISTADO A). O Entrevistado D complementou dizendo que “depois da formalização, saiu do sonho e agora mostrou o possível” (ENTREVISTADO D). Dessa forma, segundo o Entrevistado B, a formalização da associação trouxe a possibilidade de maior reconhecimento externo da pesquisa em Secretariado e da categoria profissional como um todo. Ademais, esse entrevistado lembra que a formalização é essencial para alcançar, por exemplo, o reconhecimento da CAPES para tornar o Secretariado uma área do conhecimento, pois sem as ações devidamente formalizadas (quantidade de pesquisas publicadas, quantidade de grupos de pesquisa, entre outros), é difícil conquistar um objetivo como esse. Assim, pode-se dizer que os resultados encontrados a partir das entrevistas vêm ao encontro do que Ménard (2004) e Schmidt (2015) afirmam sobre a necessidade de uma ação coletiva ser formalizada, já que isso favorece a criação de uma identidade própria, o acesso a recursos, o reconhecimento, entre outros.

Em seguida, outro aspecto considerado positivo pela Teoria da Ação Coletiva e que foi encontrado nos resultados obtidos trata-se da heterogeneidade. Para a maioria dos entrevistados, apesar de grande parte dos associados à ABPSEC pertencerem à mesma categoria profissional (secretários executivos de formação), os associados possuem ideias, características e experiências diferentes. Assim, o grupo foi classificado como heterogêneo, especialmente por ser formado por indivíduos com realidades sociais e profissionais distintas, advindos de municípios, estados e instituições de ensino também diferentes. Para o Entrevistado B, as diversas formas de pensar “é um mal necessário” para o grupo, pois isso enriquece a discussão.

Contudo, não se pode deixar de comentar que, apesar da heterogeneidade ser considerada positiva para praticamente todos os entrevistados, houve a ressalva de que isso também pode se apresentar como um desafio. É o que afirma o Entrevistado C ao dizer que “a troca de ideias é fundamental, mas o objetivo da associação deve ser o comum”, indicando a dificuldade de manutenção do foco nos objetivos da coletividade. O Entrevistado D também afirmou que a heterogeneidade faz crescer “mas precisa de liderança que consiga fazer com que esse diferente produza”. Levando em consideração o exposto, é possível dizer que o caso da ABPSEC pode ser relacionada com a visão de Granovetter (1973), uma vez que para esse autor a heterogeneidade é positiva por proporcionar maior inovação à ação coletiva, mas que também pode gerar mais conflitos.

A presença de liderança, conforme já mencionado, é imprescindível para a manutenção de ações coletivas, uma vez que auxilia para a promoção do benefício comum (OLSON, 1999; MOE, 1980; ZYLBERSZTAJN; FARINA, 1999; NASSAR, 2001). No caso da ABPSEC, a liderança ocorre por meio de uma diretoria (eleita pelos associados), e essa figura foi tida como essencial por todos os entrevistados. Segundo o Entrevistado D, “não tem como uma ação coletiva andar sem liderança”, isso porque “alguém precisa dar uma direção, indicar caminhos, abrir possibilidades”. Já para o Entrevistado G, “o líder é que tenta criar vínculo entre os associados”. A importância da liderança foi defendida, também, pelo Entrevistado F quando disse que isso é necessário para “que se tenha certa ordem e qualidade nos trabalhos”. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que nesta pesquisa não foi avaliada a efetividade do papel da liderança, mas sim a importância de sua existência, de maneira que elogios ou críticas às pessoas ligadas às diretorias não foram aqui consideradas.

Em relação ao aspecto sobre a ligação dos indivíduos, Ostrom (2007) defende que quando o indivíduo sabe exatamente para quem está contribuindo, a cooperação tende a ser maior. Na opinião dos entrevistados, isso é coerente. Um exemplo citado pelo Entrevistado B é o caso de realização de pesquisas em parceria. Nesse caso, se o indivíduo conhece a pessoa com quem está trabalhando, se conhece seu grau de dedicação e comprometimento, tende a colaborar mais do que quando não tem esse conhecimento.

Sobre a reputação, esse fator também foi considerado pela maioria dos entrevistados como presente e essencial para a manutenção da ABPSEC. Para o Entrevistado E “o histórico deve fazer parte”, significando que as informações passadas influenciam para a criação de uma reputação positiva ou negativa. Na visão do Entrevistado B, analisar a reputação do indivíduo “é até a natureza do ser humano”. Complementando, o Entrevistado F afirmou que “um passado ‘sujo’ não contribui para um futuro de glória. É preciso trabalhar com ética e respeito com os representados para se alcançar o lugar ao sol”. Dessa forma, há possibilidade de relacionar a opinião dos entrevistados com o que afirma Ostrom (2007), sobre a importância da reputação para a manutenção da ação coletiva, uma vez que gera maior confiança e maior cooperação.

Partindo agora para os aspectos que foram negativamente relacionados com a Teoria da Ação Coletiva, esses foram: racionalidade individual, *free rider*, tamanho do grupo e comunicação face a face, de acordo com o apresentado no Quadro 3.

Em relação à racionalidade individual, na percepção da maioria dos entrevistados os associados possuem maior racionalidade individual do que coletiva - buscam principalmente benefícios individuais. O Entrevistado A citou que na maioria das vezes, os associados “pedem o que você tem para me dar. Eles não perguntam: no que eu posso contribuir?”. O Entrevistado G assumiu que se associou, primeiramente, pelos descontos que receberia para participar dos eventos. Entretanto, alguns entrevistados apontaram que esse maior interesse individual muda com o passar do tempo, especialmente se os indivíduos se envolverem de fato com o objetivo grupal ou se observarem que a ação coletiva está gerando bons resultados. Quem citou isso, por exemplo, foi o Entrevistado G ao expor que, apesar de ter se associado

em função do desconto, “depois que você conhece a causa, se envolve no grupo, passa a ter uma preocupação com os objetivos do grupo e com a coletividade”. Ainda, o Entrevistado D apontou que “a maioria começou a perceber que fazendo com que o grupo cresça, eu também cresço”. Para Olson (1999), a racionalidade individual é comum em ações coletivas formadas por grupos grandes, significando que os atores devem receber benefícios à parte do benefício comum ou serem coagidos para que cooperem. Assim, fazer com que os indivíduos tenham uma racionalidade mais coletiva do que individual é um desafio para a manutenção e crescimento de ações coletivas. Isso foi percebido e comentado pelo Entrevistado F ao compartilhar que “implantar essa consciência nas pessoas é o grande desafio da ABPSEC”.

Quadro 3 – Aspectos negativos determinantes para a manutenção e crescimento da ABPSEC

Aspecto observado	Pressuposto da Teoria da Ação Coletiva	O que foi encontrado	Resultado
Racionalidade individual	Prejudicial quando inibe ou suplanta a cooperação para o benefício coletivo	Racionalidade individual se sobrepõe à coletiva	Negativo
<i>Free rider</i>	É o oposto da cooperação. Prejudicial	Foram presenciados <i>free riders</i>	Negativo
Tamanho do grupo	Sob o aspecto “organização”: maior eficiência dos grupos pequenos;	No aspecto “organização”: um grupo grande	Negativo
	Sob o aspecto “força”: maior eficiência dos grupos grandes	No aspecto “força”: um grupo ainda pequeno	
Comunicação face a face	A comunicação face a face se sobrepõe a outras (como a escrita)	Pouca comunicação face a face	Negativo

Fonte: resultado da pesquisa.

Outro aspecto que pode ser considerado negativo para a ABPSEC trata-se da constatação da presença de *free riders* pelos entrevistados. Entrevistados afirmaram que poucos são os membros que realmente trabalham/cooperam para a consecução dos objetivos da associação. O Entrevistado F, por exemplo, citou que “uma associação não é feita apenas pela diretoria. É necessário que os docentes, pesquisadores, profissionais-pesquisadores e os estudantes tenham o mesmo compromisso no desenvolvimento da pesquisa em secretariado”. De forma complementar, o Entrevistado E abordou que as pessoas da diretoria estão cansadas e que precisam ter fôlego. Ademais, o Entrevistado B afirmou que “sempre tem pessoas que tiram proveito”. Porém, para esse último entrevistado, isso nem sempre ocorre de maneira intencional. Segundo Olson (1999) e Brito (2001), os *free riders* são o oposto da cooperação e prejudicam a ação coletiva e, por isso, qualquer carona em um grupo é considerado um aspecto negativo para a ação coletiva.

No que tange ao tamanho do grupo, primeiramente lembra-se que é possível extrair duas percepções distintas sobre essa variável a partir da Teoria da Ação Coletiva, em Olson (1999) e Ostrom (2007): a) grupos pequenos são mais eficientes no que se refere à organização; b) e, grupos grandes são mais eficientes no que se refere a dar mais força ao grupo. No caso em estudo, de maneira geral, a ABPSEC foi considerada como: a) um grupo pequeno, no que se refere à força da associação perante a categoria e a sociedade; b) e, um grupo grande no que se refere à organização. Assim, apresenta-se com aspectos negativamente relacionados com a Teoria da Ação Coletiva.

Nesse sentido, cabe destacar os apontamentos de alguns entrevistados. Para o Entrevistado F, “uma associação com poucos membros pode não ter o mesmo alcance e ‘voz’ de uma associação com muitos membros”. De forma complementar, o Entrevistado D citou que quando o grupo é pequeno “tem dificuldade de recurso, de pessoas, sobrecarrega as pessoas”. Assim, sob o olhar de força do grupo, o Entrevistado G resume que quanto maior o

grupo, maior a possibilidade de obter reconhecimento, de poder brigar politicamente, de ter mais pessoas para trabalhar, entre outros aspectos. De maneira geral, sob esse ponto de vista (força), a ABPSEC foi considerada um grupo ainda pequeno. Já sob o olhar de organização do grupo, o Entrevistado D cita que o grupo grande gera dificuldades, pois é “bem mais difícil de manter a unidade”. Similarmente a essa percepção, os entrevistados B e G afirmaram que um grupo pequeno é mais fácil de organizar as ideias e chegar a conclusões. Nesse aspecto (organização do grupo), a APBSEC foi considerada um grupo grande, especialmente por ser de âmbito nacional.

O último aspecto apontado no Quadro 3, negativo se considerar o olhar da Teoria da Ação Coletiva, refere-se a comunicação face a face. Para Ostrom (2007), esse tipo de comunicação é importante para gerar confiança e fazer com que os indivíduos do grupo cooperem. Na opinião de todos os entrevistados, a comunicação face a face é fundamental para a ação coletiva. O Entrevistado A, por exemplo, argumentou que “os contatos pessoais são fundamentais”, de forma que a falta disso gera ausência e/ou falha nas informações. O Entrevistado D justificou que o contato face a face traz benefícios sociais e psicológicos, enquanto o Entrevistado G afirmou que a forma mais expressiva para criar vínculos entre os associados é esse tipo de comunicação. Contudo, o uso da tecnologia não foi menosprezado, pelo contrário, foi considerado essencial e como uma ferramenta que auxilia na condução das atividades. No caso da ABPSEC, as opiniões de maneira geral foram que o contato face a face ainda é pouco, ocorrendo geralmente nos eventos, como o ENASEC, que acontece uma vez a cada dois anos. Assim, torna-se um desafio para a manutenção dessa ação coletiva.

Findada a análise dos aspectos determinantes para a manutenção e crescimento da ABPSEC, pode-se observar que alguns deles se apresentam como desafios e outros como vantagens, confirmando que uma ação coletiva apresenta benefícios, mas, também, dificuldades. Nesse sentido, para além dos aspectos determinantes que se configuraram como negativos e, portanto, desafios, a última questão abordada na entrevista referia-se a opinião dos associados sobre a existência de desafios para a formação e manutenção dessa associação.

Nesse quesito, todos os entrevistados confirmaram a existência de dificuldades para a criação, mas, especialmente, para a manutenção da ABPSEC enquanto iniciativa coletiva. Na fase de formação, o Entrevistado D citou que foram muitos os desafios, sendo que o maior foi fazer com que os sócios fundadores entendessem o real objetivo da associação, além de conseguir o apoio de todos, haja vista que houve empecilhos para a formação da ação coletiva. Ainda para a criação da ABPSEC, o Entrevistado B citou que a distância geográfica e a falta de comunicação face a face também foram aspectos dificultadores. Além disso, a necessidade de contratação de profissionais externos para a realização de serviços jurídicos e de contabilidade também se encontram na pauta de desafios, principalmente em função da falta de recurso financeiro.

Já para a manutenção da ação coletiva, a falta de recursos financeiros continua sendo citado pelos entrevistados. Isso porque a associação possui várias despesas (prestação de serviços, viagens, entre outras), muitas delas mensalmente, mas a captação de recursos ainda é parca, ocorrendo uma vez por ano através da anuidade dos associados e ocasionalmente por meio de patrocínio. O desafio então é angariar mais recursos financeiros para a manutenção da ABPSEC, por meio de mais associados e parcerias. É o que argumentam os entrevistados A e C quando falam que há a necessidade de ir até as instituições de ensino que oferecem o curso de Secretariado Executivo para divulgar a associação e falar sobre os objetivos comuns, mas que não há recursos para isso, ainda mais se levar em consideração a distância geográfica.

Outro desafio citado pelos entrevistados para a manutenção da APBSEC foi o de que os objetivos da ação coletiva não são conhecidos por todos os associados, especialmente pelos alunos. Um dos acadêmicos entrevistados confirmou isso ao dizer que ainda não conhece os

objetivos coletivos da associação, o que leva a entender que muitos estudantes se associam em função de benefícios existentes, como descontos na participação em eventos e aquisição de obras, e não necessariamente por sentirem necessidade de pertencimento ao grupo. O Entrevistado B também citou que os objetivos são pouco divulgados e que, assim, torna-se mais difícil a cooperação de todos os membros e o engajamento das pessoas com o grupo. Além disso, esse mesmo entrevistado cita que os benefícios ainda não são vistos por muitos associados.

De modo geral, apesar de algumas dificuldades, observa-se que na opinião dos entrevistados muitos são os benefícios percebidos. Já para a continuidade e manutenção da ABPSEC, ainda existem desafios, principalmente relacionados à falta de recursos financeiros e a falta de associados. Dessa forma, é interessante mencionar as citações do Entrevistado C de que “mais difícil do que criar, no meu ver é manter” e do Entrevistado D, que afirma: “quem estiver a frente vai ter sempre o desafio de manter a unidade e não é fácil”. Neste sentido, entende-se que o desafio da manutenção da ação coletiva é evidente e que para isso, necessita da cooperação do grupo como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois objetivos centrais nortearam este estudo, quais sejam: a) analisar os incentivos para a formação da ABPSEC à guisa da Teoria da Ação Coletiva; b) compreender aspectos determinantes e os desafios para o fortalecimento da ação coletiva. Em relação ao primeiro, pode-se perceber que tanto incentivos positivos quanto incentivos negativos foram citados como motivadores para a criação da ABPSEC. Entre os positivos está a preocupação por parte dos professores e pesquisadores da área com a melhoria da pesquisa e graduação, além de um maior número de professores de Secretariado Executivo ingressando em programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Já como aspecto coercitivo, pode ser citada a discussão do MEC sobre a possível exclusão dos cursos de graduação em Secretariado Executivo.

No que tange aos benefícios, foram citados os de cunho social/psicológico, cultural, político, econômico e, principalmente, de teor científico. Esses últimos envolveram: aumento do número de pesquisas, aumento da qualidade das pesquisas, realização de eventos com qualidade, criação de um repositório científico, entre outros. Para além desses benefícios, alguns entrevistados ainda citaram que a ABPSEC já proporcionou algumas externalidades positivas para a categoria profissional, para outras áreas de conhecimento e para a sociedade.

Sobre o segundo objetivo específico, cabe dizer que foram analisados nove diferentes aspectos determinantes para a manutenção e fortalecimento da ABPSEC. Desses fatores, cinco deles puderam ser positivamente relacionados com a Teoria da Ação Coletiva e quatro deles de maneira negativa. Por um lado, a formalização da ABPSEC, a presença de liderança e o fato de muitos membros se conhecerem e, por isso, contribuírem, foram fatores encontrados como positivos se relacionados com a Teoria. Ademais, a classificação do grupo como heterogêneo também foi positivo, pois gera maior inovação para o grupo. Por outro lado, a maior presença da racionalidade individual em relação à coletiva, a presença de *free riders* e a falta de comunicação face a face são fatores que prejudicam a ABPSEC, uma vez que muitos membros ainda pensam nos ganhos individuais, poucos membros cooperam, de fato, para ação coletiva e a frequência dos contatos pessoais ainda é pouca. Além desses, o tamanho do grupo é também um desafio para a ABPSEC. Isso por que, por um lado, o grupo é considerado ainda pequeno quando se considera o aspecto “força do grupo” diante da sociedade, mas, por outro, é considerado um grupo grande, se considerar a dificuldade de organização.

Para além desses aspectos dificultadores, outros desafios foram citados pelos entrevistados, tais como: a falta de recursos financeiros, o número de associados, a divulgação

dos objetivos comuns, entre outros. No caso da ABPSEC, muitos desafios ainda precisam ser superados para garantir a sua manutenção, o que sucinta a necessidade de maior reflexão e discussão entre os membros. Porém, ressalta-se que a ação coletiva em estudo ainda é recente e que para se tornar concreta e solidificada, desafios são comuns, mas precisam ser discutidos e superados.

Portanto, à luz da Teoria da Ação Coletiva, pode-se concluir que a ABPSEC está em consonância com a realidade de outras formas de atuação conjunta e com os aspectos teóricos abordados pela referida Teoria. Ou seja, teoricamente pressupõe-se: a existência de incentivos positivos e negativos para a criação de ações coletivas; e benefícios diversos, tais como: social, econômico, psicológico, entre outros, e no caso da ABPSEC, esses aspectos foram evidenciados. Da mesma forma, foram encontrados diversos aspectos a serem superados pela ABPSEC em conformidade com os desafios mencionados pela Teoria, tais como: tamanho do grupo, racionalidade individual, *free riders* e comunicação face a face.

Importante finalizar apontando que esta pesquisa possui limitações, como a quantidade de sujeitos entrevistados e outros aspectos que poderiam ser investigados à luz da Teoria da Ação Coletiva. Nesse sentido, para pesquisas futuras, sugerem-se estudos sobre outros aspectos determinantes, por exemplo, outras formas de comunicação, diversificação de incentivos e falhas coletivas, com o intuito de auxiliar na manutenção da ABPSEC, enquanto iniciativa coletiva, bem como uma pesquisa com todos os membros da associação. Além disso, podem-se realizar estudos sobre a existência de outras formas de ações coletivas relacionadas com a área de Secretariado Executivo, como os grupos de pesquisas e sindicatos, a fim de verificar o que tem sido realizado por essas estruturas coletivas e o que pode ser melhorado.

REFERÊNCIAS

ABPSEC. Estatuto. 2013. Disponível em: <<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-associacao/estatuto>>. Acesso em: 25 jun 2015.

ABPSEC. Quem somos. 2015a. Disponível em:

<<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-associacao/quem-somos>>. Acesso em: 25 jun 2015.

ABPSEC. Associados. 2015b. Disponível em:

<<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-associacao/associados>>. Acesso em: 25 jun 2015.

AUSTIN, J. E. **Parcerias**. São Paulo: Futura, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2004.

BRITO, C. M. Towards an institutional theory of the dynamics of industrial networks. **Journal of Business & Industrial Marketing**. v. 16, n. 3, p. 150-166, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRANOVETTER, M. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is Research Collaboration? **Research Policy**, n.26, p.1-18, 1997.

LAZZARETTI, M. Â. Mancur Olson e A Lógica da Ação Coletiva aplicada ao MST. **Tempo da Ciência**. v. 21, n. 41, p. 145-162, 2014.

LAZZARINI, S. G.; CHADDAD, F. R.; COOK, M. L. Integrating Supply Chain and Network Analysis: the study of netchains. **Journal on Chain and Network Science**. [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-21, 2001.

MAEDA, M. Y.; SAES, M. S. M. A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leópolis. In: **XII SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD**, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009.

MELLO, C. M.; CRUBELLATE, J. M.; ROSSONI, L. Dinâmica de Relacionamento e Prováveis Respostas Estratégicas de Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Administração à Avaliação da da Capes: proposições institucionais a partir da análise de redes de co-autorias. **Revista de Administração Contemporânea**. v.14, n.3, p.434-457, 2010.

MÉNARD, C. The economics of hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MOE, T. A calculus of group membership. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 4, p. 593-632, 1980.

NASSAR, A. M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001.

OBERSON, B. **Sociologie de l'action collective**. Résumé du cours no 5 Le tournant par Mancur Olson. 2009. Disponível em:
<http://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4665/18256_111924.pdf>.
Acesso em: 16 mai 2017.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**. Bologna, 2007.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho descente e futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANDLER, T. **Global Collective Action**. University of Southern California: Cambridge, 2004.

Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153 – Vol. 15 n.2 – Abril/Junho 2017.

Recebido em 10/03/2016 – Revisado em 02/09/2016 - Aprovado em 12/03/2017 – Publicado em 01/04/2017.

Avaliado pelo sistema *Double Blind Review* – Editor: Dr. João Francisco Morozini

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



SCHMIDT, C. M. **Projetos cooperados e ações coletivas**. Apostila elaborada para o Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social, 2015.

SCHMIDT; C. M.; CIELO; I. D.; SANCHES, F. C. Mapeamento de redes: um estudo sobre as relações entre universidades e docentes em cursos de Secretariado Executivo. In: DURANTE, Daniela. **Pesquisa em Secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Editora UPF, 2012.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E. Strictly coordinate food-systems: exploring the limits of the Coasian Firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 2, n. 2, p. 249-265, 1999.